

GÊNERO E MÍDIAS:

autópsia de um jornalismo feminino em burkina faso

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

LASSANÉ YAMEOGO

*Centre National de la Recherche Scientifique et Technologique,
Ouagadougou – Kadiogo, Burkina Faso*

DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.1076>

RESUMO - Este artigo analisa, a partir de uma pesquisa qualitativa, os estereótipos de gênero presentes nas mídias burquinenses. Demonstra que o gênero é um construto social ao redor do qual se organiza e se realiza a atividade jornalística. No interior do microcosmo midiático, desdobram-se acomodações informais, atuando para reforçar uma sutil inferiorização da mulher jornalista. Tanto no nível da organização vertical do trabalho quanto na escala da repetição horizontal das tarefas, a jornalista não goza de uma boa visibilidade e de uma boa imagem. Ela permanece restrita a funções subalternas e a temáticas “doces” ou “leves”. Esta segregação determinada pelo gênero integra uma dinâmica que ocorre no interior do universo jornalístico, é também o resultado de uma dinâmica social para-jornalística, caracterizada por pré-julgamentos e a priori apresentando a mulher jornalista como símbolo de emancipação, de indocilidade, para não dizer, também, infidelidade.

Palavras-chave: Gênero, jornalismo, mulheres jornalistas burquinenses, estereótipos sexuais

GÉNERO Y MEDIOS DE COMUNICACIÓN: autopsia de un periodismo femenino en Burkina Faso

RESUMEN - Este artículo analiza, a partir de una investigación cualitativa, los estereotipos de género presentes en los medios burkineses. Demuestra que el género es un constructo social alrededor del que se organiza y realiza la actividad periodística. Al interior del microcosmos mediático, se despliegan acomodaciones informales, actuando para reforzar un sutil engranaje que pone a la mujer periodista en un lugar de sujeto inferior. Tanto a nivel de la organización vertical del trabajo como en la escala de la repetición horizontal de las tareas, la periodista no disfruta ni de una buena visibilidad ni de una buena imagen. Ella permanece restringida a funciones subalternas y a temáticas “dulces” o “livianas”. Esta segregación determinada por el género, que integra una dinámica que ocurre al interior del universo periodístico, es también el resultado de una dinámica social que corre paralela a la actividad periodística, caracterizada por prejuicios y una serie de a priori que presentan a la mujer periodista como símbolo de

emancipación, de indocilidad, por no decir, también, de infidelidad.

Palabras clave: Género, periodismo, mujeres periodistas burkinesas, estereotipos sexados.

GENDER AND MEDIA: an autopsy of women's journalism in Burkina Faso

ABSTRACT - This article, using a qualitative research, analyzes the gender stereotypes present in Burkina Faso media. It will show that gender is a social construct around which journalistic activities are organized and realized. It adapts on an informal level within the microcosm of media and strengthening the subtle inferiorization of female journalists. Both the vertical level of organized labour and the horizontal scale of repetitive duties hinder opportunities for female journalists and give them a bad name. They are restricted to subaltern functions referred to as being "cute" or "easy". This gender segregation integrates a dynamic that occurs within the universe of journalism. It is also the result of a social dynamic outside of journalism characterized by prejudgments and a priori that portray female journalists as a symbol of emancipation, insubordination, and infidelity.

Keywords: Gender, journalism, Burkinabé women journalists, sexual stereotypes.

1 Introdução: constatações e questionamentos

Em Burkina Faso, as mulheres estão pouco representadas no mundo do trabalho moderno ou formal. Elas representavam, em 2002, 23,7% dos agentes do serviço público e 18,6% dentre os gestores superiores (Ouiba; Tani; Touré, 2003, p. 29). No setor privado, as mulheres constituíam, em 1998, 17,43% dos empregados segundo a Caisse Nationale de Sécurité Sociale (CNSS), fazendo do setor formal, privado e público, um bastião masculino. Elas se encontram, em contrapartida, bem representadas no setor informal no qual, nos meios urbano e rural, atingem 69% das atividades, incluindo restauração, artesanato e transformações alimentares (Ouoba et al., 2003, p. 30).

A mulher burquinense também é pouco representada, no mundo político e nas instâncias de decisão. O estudo de Ouoba et al. (2003) indica que mais de 80% dos postos de responsabilidades político-administrativas, encontram-se ocupados por homens. As mulheres prefeitas, segundo o mesmo estudo, não representam mais que 4%. O atual governo (outubro de 2017), que é composto

por 27 ministros, conta com apenas cinco mulheres, dentre as quais duas no cargo de ministra delegada¹ (Secretário de Estado na hierarquia brasileira). De 1959 aos dias de hoje, à exceção das legislaturas de 2007 a 2012 e de 2012 a 2014, nas quais elas representaram respectivamente 15,31 e 18,90%, as mulheres jamais ultrapassaram o patamar de 10% na Assembleia Nacional (Hagberg et al., 2017, p. 38). Na atual legislatura (2015 a 2020), elas não são mais que 12 de 127 deputados, ou seja, 9,44%. As razões desta invisibilidade são conhecidas. Toda veiledade feminina em investir-se no domínio político é quase percebida como um desvio, um questionamento da dominação masculina (Hagberg; KONÉ, 2014).

O território midiático, não é exceção. Em 2012 as trabalhadoras mulheres representavam, nas redações, na totalidade dos veículos de mídia, 18% (Institut Panos, 2013, p. 15). Nos anos escolares 2014 a 2015, 2015 a 2016 e 2016 a 2017, o Institut des Sciences et Techniques de la Communication (INSTIC), a escola de formação profissional de jornalistas, registrou respectivamente 67 estudantes dentre os quais 15 mulheres, 22,38%; 76 estudantes, dentre os quais 23 são mulheres, 30,26%; e 65 estudantes dentre os quais 24 são mulheres, 36,92%. O instituto recebeu, em três anos, 208 estudantes, dentre os quais 62 eram mulheres, representando 29,80% desse total. Recentemente, uma pesquisa que abrangeu oito portais de notícias on-line, 43 empresas de radiodifusão (sonora), dez empresas de televisão e 23 veículos de imprensa escrita, isto é, 84 mídias tanto públicas quanto privadas, mostrava que apenas 8,5% de mulheres ocupam cargos de responsabilidade (Nanebor Consult, 2015, p. 14).

Esta subrepresentatividade é vista num contexto no qual, paradoxalmente, 52% da população é composta por mulheres (Institut National des Statistiques et de la Démographie, 2006). Nesse sentido, uma política nacional de gênero, que instituiu uma cota mínima de 30% de mulheres nas listas eleitorais, foi adotada a partir de 2009 para reduzir as desigualdades entre os sexos na esfera política. Essa sub-representatividade pode ser observada igualmente num contexto no qual, na África Subsaariana, a menina ainda apresenta um atraso na escolarização. Nessa parte do continente,

a mão de obra feminina é muito ineficazmente mobilizada, devido, principalmente, às desigualdades persistentes entre homens e mulheres em matéria de educação e de

emprego. Menos escolarizadas que os homens, as mulheres ocupam geralmente uma posição desfavorável no mercado de trabalho, no qual os empregos que elas exercem são precários e não constituem, frequentemente, mais que uma extensão de suas tarefas domésticas (Adjamagbo et al., 2006, p. 4).

Desde então tornou-se pertinente, face à persistência das disparidades sexuais no mundo do trabalho e particularmente naquele das mídias, interrogar sobre a dimensão de gênero no jornalismo, para agarrar os estereótipos e as práticas diferenciadas, presentes no processo de produção da informação. O conceito de gênero é visto, nesta pesquisa, como “um analisador essencial das transformações sociais” (MARRY, 2006) ou como um dado sociológico permitindo “lançar luz sobre o conjunto das práticas e representações profissionais, das relações sociais e do funcionamento do campo jornalístico” (Damian-Gaillard; Frisque; Saitta, 2009, p. 176). O artigo esforça-se, portanto, em descrever as relações de gênero que sustentam o empreendimento midiático assim como os papéis, as posições e os poderes atribuídos às trabalhadoras.

Ancorando-se numa perspectiva que articula gênero e jornalismo, o artigo busca questionar de forma detalhada sobre a especificidade feminina em termos de responsabilização, tanto nos casos de cargos de decisão e de afetação ou autoafetação como em relação a pontos e temáticas socialmente construídas como femininas, com o objetivo de responder às seguintes questões: como a divisão social dos sexos se traduz e se reproduz, no campo midiático burquinense? Quais são os mecanismos e as lógicas de ação que favorecem a manutenção dos estereótipos de gênero neste campo e como a mulher-jornalista encontra-se nele representada? Que lugares ocupam as mulheres na organização e na divisão vertical do trabalho jornalístico em termos de posicionamento hierárquico e de relações de poder? Existiria, nas redações das mídias burquinenses, editorias, tarefas e temáticas preconcebidas como femininas como acontece na França, onde “a variável de gênero pesa de modo mensurável sobre princípios que influenciam cargos e temas entre homens e mulheres tanto enquanto editorias quanto no próprio interior das próprias editorias” (NEVEU, 2000)?

2 Procedimentos metodológicos

A investigação utilizou, como objeto de estudo duas redações da imprensa escrita tradicional (*L'Observateur Paalga* e *Sidwaya*), duas redações de rádio (*Oméga FM* e *Radio Burkina*) e duas redações de televisão (*BF1* e *Télévision Burkina*). Estes veículos foram escolhidos dentre 164 sociedades de radiodifusão, 13 cadeias de televisão, 60 jornais (dentre os quais 11 diários, 11 semanais, 17 quinzenais, 20 mensais e um bimestral) e 25 portais de notícias (CONSEIL SUPÉRIEUR DE COMMUNICATION, 2015). Foram escolhidos em razão de sua longevidade no tempo, de sua audiência e de sua orientação editorial enquanto algo decorrente de serem controlados pelo setor público ou pelo setor privado. *L'Observateur Paalga*, *Oméga FM* e *BF1* são veículos privados e *Sidwaya*, *Radio Burkina* e *Télévision Burkina*, veículos de capital público. O objetivo não consistiu em analisar os estereótipos de gênero pelo prisma do status privado ou público desses veículos, mas em apreendê-los numa perspectiva holística. Os dois diários (*Sidwaya* e *L'Observateur Paalga*) foram, além disso, selecionados para, numa perspectiva de análise de conteúdo, confrontar ou enxergar o discurso e as práticas dos jornalistas. Suas edições do mês de junho de 2017 foram analisadas com o objetivo de discutir o seu conteúdo em termos de dinâmicas sexuadas.

Teoricamente, a pesquisa é de inspiração sociológica. Situa-se no campo da sociologia do trabalho e das organizações, assim como no campo dos estudos de gênero. Utiliza-se de um questionário qualitativo com dois dispositivos metodológicos distintos, mas complementares. O primeiro escrutina a organização interna das redações para verificar as relações de posição e de poder entre homens e mulheres, nas instâncias de decisão (direção, chefia de redação, secretaria de redação, edição etc.). Uma leitura da imprensa escrita, bem como dos organogramas oficiais dos veículos de comunicação, permitiram coletar parcialmente dados dessa natureza. Além disso, visando ressaltar as temáticas tipificadas como femininas, o dispositivo interroga sobre a arquitetura jornalística. O sistema de editoriais e o conteúdo dos jornais diários são explorados e analisados para ver o que contêm enquanto assinatura feminina. O segundo dispositivo questiona, a partir de entrevistas qualitativas, os

mecanismos que desembocam na divisão de gênero do trabalho jornalístico. As entrevistas, de tipo semi-dirigido, são realizadas junto a mulheres exercendo ou tendo exercido a profissão de jornalista e de responsáveis editoriais. Nove jornalistas exercendo a função de chefe de redação ou de diretor de redação e 21 mulheres jornalistas foram entrevistadas durante o mês de junho de 2017. Foi mantido o anonimato das informantes. Iniciais não correspondendo a seus nomes e sobrenomes, lhes foram atribuídas.

O material coletado tornou-se objeto de uma análise temática de conteúdo que consistiu em repertoriar as expressões verbais e textuais dos temas gerais recorrentes reagrupando-as em categorias, em seguida relacionando-as por similitude, diferenças e de relações de dependência que as caracterizam para finalmente fazer emergir desses blocos de dados empíricos, os elementos representativos do fenômeno estudado (Paillé, 1994).

3 Os resultados

A análise revelou que a mulher jornalista encontra-se pouco representada nos veículos de mídia e que os estereótipos de gênero são resultado de diversas formas de crenças, de pré-julgamentos, de *a priori*, mas também de constrangimentos na produção noticiosas, julgados incompatíveis com o estatuto social da mulher. Os mecanismos que conduzem à manutenção dos estereótipos sexuais inserem-se em clichês representacionais que lançam luz sobre a inconciliabilidade dos papéis de mãe, de esposa e de mulher, com a atividade jornalística. Estas considerações, incorporadas às estruturas mentais dos jornalistas de ambos os sexos, tendem a inferiorizar o sexo feminino e a afastá-lo de fato dos contextos de decisão.

4 As mulheres, uma maioria minoritária nas redações

Nas redações pesquisadas, as mulheres encontram-se pouco representadas tanto na escala da profissão quanto no nível das instâncias decisórias. Quatro mulheres de um total de 20 jornalistas trabalham na redação de *L'Observateur Paalga*. As

Editions Sidwaya registram, para o diário *Sidwaya*, dez mulheres de um total de 30 jornalistas; e, no semanário *Sidwaya Sport*, nenhuma mulher em uma redação de 7 jornalistas. Em *Sidwaya Internet* foram duas mulheres de um total de quatro jornalistas. No veículo mensal *Carrefour Africain*, uma mulher dentre seis jornalistas. Total: 13 mulheres de um total de 47 jornalistas. A *Radio Nationale* conta com quatro mulheres entre 20 jornalistas e *Oméga FM*, dez mulheres dentre 25 jornalistas. As redações da TV nacional e da TV *BF1* registram, respectivamente, 15 mulheres entre 40 jornalistas e quatro mulheres dentre 12 jornalistas. No total, 164 jornalistas dentre os quais 50 mulheres, ou 30%, trabalhando nos seis veículos pesquisados.

Já no plano da organização da gestão do trabalho, as mulheres encontram-se no que Bourdieu (1993) chama de “a miséria da posição”. O autor explica, em sua obra *A miséria do mundo* como, no mundo do trabalho, certos agentes vivem uma “miséria de posição”, que ele define como “a experiência dolorosa que podem sofrer no mundo social todos aqueles que, do mesmo modo que o contra-baixo numa orquestra, ocupam uma posição inferior e obscura dentro de um universo prestigioso e privilegiado (Bourdieu, 1993, p. 11). A miséria de posição, contrariamente à “miséria de condição” - que Bourdieu considera como aquela miséria dos trabalhadores mais ou menos desprovidos de capital econômico ou de recursos materiais (a pobreza) --, diz respeito aos agentes ocupando a posição socialmente menos desejáveis na empresa. Essa categoria de agentes se vê às voltas com constrangimentos e leis mais ou menos implícitas ou que lhes escapam, confinando-os a posições de subalternos ou de executores. Não exercem o poder, mas sofrem seus efeitos, tal como confirmado por Hagberg et al. (2017, p. 83): “O poder, enquanto autoridade, capacidade ou faculdade para decidir e dirigir, se conjuga sempre no masculino. As mulheres permanecem quase invisíveis nas esferas de decisão burquinenses”.

Nas redações burquinenses, as mulheres jornalistas vivenciam a “miséria de posição” ou esta incapacidade de decidir e dirigir. Elas estão na periferia das instâncias decisórias, ou seja, longe dos postos de trabalho mais prestigiosos ou atribuídos às celebridades. Nenhuma mulher ocupa o cargo de chefe de redação. Elas se contentam com posições de segundo plano, quando são responsabilizadas. Em três dos seis veículos pesquisados,

Sidwaya, *BF1* e *Oméga FM*, o cargo de chefe de redação adjunto é exercido por uma mulher. Um único veículo é dirigido por uma mulher: a *Radiodiffusion Télévision du Burkina*, onde a diretora geral alcançou essa posição devido a interferências ministeriais. A baixa presença das mulheres jornalistas nos órgãos e instâncias decisórias diz respeito, ao mesmo tempo, aos veículos urbanos e rurais, públicos e privados, comerciais e confessionais, comunitários e comunais. Um estudo recente, envolvendo 83 grupos de radiodifusão, sete grupos de televisão, 32 veículos impressos e 18 portais de informação on-line – 59% dos veículos –, indistintamente indo ao ar ou às bancas, revelou que as mulheres jornalistas representavam, na escala da profissão, 25,33% e, no nível de órgãos decisórios, 5,24% (Yaméogo, 2017). Nos dois postos-chave ou estratégicos, que são a direção e a chefia de redação, as mulheres representam respectivamente 9,28% e 5%. O mesmo estudo indica que apenas sete mulheres são promotoras de veículos, sendo três em radiodifusão, três em mídia on-line e uma na imprensa – de um total de 140 empresas de mídia estudadas. Esta posição periférica, associada várias mulheres entrevistadas no contexto desta pesquisa, resulta de suas condições femininas, que elas consideram inconciliáveis com a função de direção.

5 A feminilidade, uma deficiência no trabalho jornalístico

O jornalismo é descrito pelos jornalistas de ambos os sexos, como um trabalho difícil, estafante, absorvente, constrangedor. Um ofício que convém melhor aos homens, considerados mais resistentes que a mulher. A mulher é percebida como uma criatura frágil, que deve trabalhar num emprego que considere o seu estatuto de mãe ou de esposa. As desigualdades de gênero são legitimadas por crenças que proclamam a incompatibilidade da atividade jornalística, com o estatuto social da mulher. Seu estatuto de mãe ou de esposa é visto como uma deficiência ou uma “inferioridade social” (Héritier, 2002, p. 11). A divisão vertical do trabalho jornalístico repousa nas diferenciações sexuadas estabelecidas em torno da supremacia do sexo masculino, visto como o símbolo da resistência. A inferioridade social ou a incapacidade feminina não se exprime em termos de competências

intelectuais, mas de constrangimentos sociais. Os jornalistas de ambos os sexos receberam as mesmas formações, obtiveram os mesmos diplomas e são dotados das mesmas competências profissionais. Com qualificação igual ou equivalente, beneficiam do mesmo tratamento salarial. Não existem, nas redações dos meios burquinenses, diferenciações salariais de acordo com o sexo. Os entrevistados (incluindo-se, aí, as mulheres) acreditam na capacidade intelectual da mulher, mas acham que as exigências do ofício são tais, que ela se torna incapaz.

A urgência, a imprevisibilidade e a instantaneidade que requer o tratamento da informação, impõem aos jornalistas um trabalho sem trégua. Não há, no jornalismo, horários fixos de trabalho e nem, às vezes, finais de semana. A mulher jornalista encontra-se sujeita a esses constrangimentos da mesma forma que seu colega masculino - tais fatores imponderáveis, todavia, parecem se tornar obstáculos para a mulher e não, para o homem, a ponto de “certas mulheres virem negociar para que suas atividades ocorram de manhã e, não, à tarde; outras, não querem trabalhar nos finais-de-semana” (J.B., responsável editorial de *Télévision Burlina*, 14/6/2017). Isso gera perturbações na organização do trabalho que se acentuam quando a mulher deixa para trás o status de solteira, adotando aquele de esposa. A mudança de sua situação matrimonial ou de sua condição física (gravidez, aleitamento...) induz, às vezes, a reajustes na programação das reportagens; ela não recebe mais pautas que começam ou terminam tarde da noite, ou se vê isenta desse tipo de reportagens. A organização e a realização da atividade jornalística se fundam sobre representações e expectativas diferenciadas conforme o sexo: o feminino rima com indisponibilidade e constrangimentos sociais, enquanto o masculino rima com capacidade e disponibilidade. Essas representações e expectativas são mais ou menos interiorizadas para o sexo feminino e para o sexo masculino, e inscritas nas práticas jornalísticas. Nas redações das mídias burquinenses, se desenrolam acomodações informais tendendo a dicotomizar o trabalho segundo sexo ou, em outras palavras, clivagens sexuais estruturando a organização do trabalho jornalístico.

No contexto burquinense é corrente usar na língua local termos como *mooré*, “pag-la-yiri”, para expressar que a mulher é a encarnação do universo doméstico e do lar. Mesmo quando ela trabalha fora, deve permanecer presa a essa doutrina supostamente

ancestral. Tais ideias preconcebidas limitam as margens de manobra profissional da jornalista, restringindo competências relacionadas a cargos de direção e, assim, afastando a mulher do jornalismo ou, ainda, excluindo-a dos contextos de decisão: os constrangimentos da vida familiar recaem pesadamente sobre a vida profissional da jornalista. Lipani (2017, p. 29) demonstrou que essas discriminações “permanecem uma causa maior de discriminações das mulheres no trabalho e, principalmente, nos postos estratégicos”. Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa não questionam esses estereótipos de gênero, mas os assumem. É o que faz uma jornalista da *Oméga FM*: “Não me encontro preparada para ocupar o cargo de chefe de redação, pois este é muito pesado para uma mulher; exige maior disponibilidade, maior engajamento e espírito de sacrifício”. (A.S., 9/6/2017). As condições femininas são um obstáculo estrutural à afirmação de uma liderança feminina nos veículos burquinenses. Uma chefe de redação adjunta de um dos veículos pesquisados, não conseguiu assumir efetivamente a sua função. Favores lhe foram concedidos, autorizando-a a abrir a reunião de redação da manhã e a não participar do fechamento do jornal, tarde da noite. Esta parte do trabalho é assegurada por seu superior, o chefe de redação não obrigado a estar presente na reunião matinal de redação.

O teto de vidro encontra-se enraizado nas redações e reduzindo a mulher a um papel subalterno ou à resignação, como confidencia uma jornalista de *Radio Burlina*: “A direção da *Radio Burkina* me consultou para me propor uma nomeação ao cargo de chefe de programação, mas declinei da oferta; não porque eu não esteja à altura, mas devido às exigências familiares” (C.D., 12/6/2017). Para uma mulher, subir nas posições hierárquicas numa redação supõe, sob o aspecto dos constrangimentos profissionais do jornalismo, uma renúncia à vida familiar ou marital. “Se queremos ser uma boa esposa, uma boa mãe, é difícil” (A.N., uma jornalista de *L’Observateur Paalga*, 5/6/2017). Ora, quase todas as burquinenses sonham em serem vistas como boas mães, mães nos lares, pois o casamento constitui para as mulheres “um acontecimento importante, garantia de respeitabilidade social” (ADJAMAGBO et al., 2006, p. 16).

As mulheres associam seu posicionamento em segundo plano na cena jornalística a fatores maternalistas, como as obrigações familiares (trabalhos domésticos, cozinha, bons cuidados

com os maridos, a educação das crianças, etc.) e fisiológicos, como os afastamentos durante a gestação e gravidez. Este conflito de papéis entre atividades familiares e atividades profissionais, “exacerbado pelos constrangimentos da vida marital” (KOUAMÉ, 1999), é igualmente vivido pelas responsáveis editoriais. É um dos mecanismos que desembocam na manutenção dos estereótipos sexuais nas redações. As mulheres são excluídas de determinados papéis devido à sua feminilidade. As relações entre homem e mulher são construídas ao redor dos clichês forte e fraco, dominante e dominado, capaz e incapaz. Esta dicotomização remete ao que Héri-tier (2002, p. 17) denominou “a valência diferencial dos sexos”, que ela descreve como o fenômeno consistindo na valorização de um sexo e a desvalorização do outro. Bourdieu (1998, p. 3) mostra, em seus estudos sobre a sociedade *cabila*², o quanto o mundo do trabalho permanece profundamente marcado por uma estereotipificação do masculino e do feminino e onde a ordem masculina se impõe como perfeitamente natural ou como algo que deriva dessa ordem natural. Da mesma maneira, a indisponibilidade do feminino desponta nas mídias burquinenses, como normal e natural. Estas considerações são favorecidas pelas crenças falocráticas que caracterizam certos grupos étnicos de Burkina Faso, sendo também facilitadas pelo desdobramento identitário da mulher. Além das restrições sociais, há jornalistas mulheres que não confiam nelas mesmas e duvidam de sua própria capacidade para dirigir. Outras manifestam desgosto face às funções de poder, confirmando o postulado bourdieusano segundo o qual “a dominação masculina encontra-se tão ancorada em nossos inconscientes que não mais a percebemos, de tal modo presente em nossas expectativas que temos dificuldade em questioná-la” (BOURDIEU, 1998, p. 24). Constrangimentos socioculturais que acentuam os estereótipos de gênero no ecossistema midiático burquinense.

6 A onipresença e o *diktat* do marido

As entrevistas revelam também que os estereótipos de gênero são o que se encontra por trás, muitas vezes, na ingerência do cônjuge na vida profissional de sua mulher. Ainda hoje, em Burkina Faso, assim como em vários países da África Subsaariana, a mulher não pode trabalhar em determinados

empregos sem que tenha, previamente, obtido a aprovação de seu marido, ainda que teoricamente a lei a autorize (Código da Família Burquinense). O jornalismo faz parte desses empregos. Ofício de relações públicas, o jornalismo torna pública ou publiciza a mulher, o que desagrade a certos homens que querem ver sua companheira restrita à esfera familiar e doméstica ou, então, num emprego menos caracterizado pela celebridade ou pela visibilidade. A mulher é frequentemente forçada a renunciar à sua vocação quando o seu marido permanece irredutível, como testemunha esta jornalista de *Radio Burkina*: “Meu marido não é favorável à minha profissão; ele me disse para escolher entre a minha profissão e o lar; era muito tenso... Fui obrigada a deixar a redação para evitar problemas” (C.D., 12/6/2017). A jornalista se transferiu para a área de produção, na qual ela atua como animadora de um programa de debates, semanal.

Mulheres afirmam terem sido freadas em suas ambições pelos seus companheiros, tanto no nível do exercício da profissão quanto na escala de ascensão a cargos de responsabilidade. Outras, por outro lado, dizem ter sido apoiadas e encorajadas pelos cônjuges, sobretudo ao se afirmarem profissionalmente, conquistando prêmios e recompensas. A distinção ou os prêmios representam, para esta categoria de mulheres, fatores de aumento ou de alívio de eventuais tensões. Quanto às mulheres pertencentes à primeira categoria, elas não participam muito frequentemente de missões tanto dentro quanto fora do país por motivos associados a seus papéis de mãe, sinônimo de guardiãs da família, mas também, às vezes, devido à recusa categórica de seus cônjuges. “Todas as vezes que lhe falei sobre as perspectivas da viagem, seu humor se alterou”. (C.D., jornalista da *Radio Burkina*, 12/6/2017). A jornalista confessa que em sua última missão no Marrocos seu marido não veio recebê-la no aeroporto, porque ele não era favorável à sua viagem ao exterior e ela teve de tomar um táxi para ir do aeroporto à sua casa. A vontade do marido é às vezes inviolável, a ponto de desencadear sanções que culminam em divórcio. No ecossistema midiático burquinense, várias mulheres jornalistas não estão no lar ou conheceram, sumariamente, a vida marital. Pudemos ver, nesse meio, mulheres se, cônjuge no final de suas carreiras algo similar ao que acontece no campo político, no qual “as mulheres políticas são, muito frequentemente, viúvas ou divorciadas” (SAVANE, 2006, p. 34). Os depoimentos coletados

junto a jornalistas mulheres e homens, convergem para a ideia segundo a qual o ofício do jornalismo expõe a mulher ao divórcio e à condição de solteira.

Mulheres jornalistas viram-se assim obrigadas a renunciar às telas ou de afastarem-se do ambiente das redações para preservar os seus lares, com ameaças de divórcio pairando sobre as suas cabeças. As representações produzidas ao redor das inter-relações entre vida familiar e vida profissional, tendem a apontar uma incompatibilidade entre lar e jornalismo. Apenas pode exercer adequadamente este ofício a mulher livre, não casada. Mas a mulher livre não goza de uma boa imagem, junto a uma certa opinião pública. A mulher malvista no contexto burquinense, onde a mulher é percebida como a encarnação do lar. Na maioria das sociedades, “o casamento permanece uma passagem incontornável na direção da maioridade social e constitui um preâmbulo ao desenvolvimento individual” (Adjamagbo et al., 2006, p. 4). Permanece um catalisador das desigualdades no status de homens e mulheres. Em Burkina Faso, como em vários outros países da África Subsaariana, as tarefas domésticas são uma exclusividade feminina.

Assim como em outras profissões, no jornalismo a promoção ou a nomeação de uma mulher a um cargo de responsabilidade requer *a priori* o consentimento de seu marido. Numa sociedade de feições falocráticas, a mulher não pode sozinha uma decisão tomar quando é consultada para uma nomeação; a opinião de seu esposo ou cônjuge é primordial e, muito frequentemente, as atividades domésticas e a educação das crianças são colocadas em primeiro plano, para lhe cientificar a ordem para declinar a oferta. Ademais, certos homens também não admitem que suas esposas se situem num patamar de responsabilidades profissionais mais elevado que os seus. No imaginário coletivo, as posições de poder e financeiras são masculinas e, não, femininas. Por orgulho, o homem recusa o inverso, o que afasta a mulher, *ipso facto*, de cargos decisórios e, mesmo, de certos empregos. Na maioria das famílias africanas de meio urbano, os encargos financeiros do lar são assumidos pelo marido, que pode assim proibir sua mulher de exercer qualquer trabalho. Neste contexto, o assujeitamento econômico das mulheres torna-se um dos mais poderosos instrumentos da dominação masculina (LOCOH; TICHIT, 1996). Mesmo nos casais de jornalistas, vistos pelos entrevistados como casais nos quais o divórcio raramente acontece e estando os casais

habituaados às restrições profissionais, a dominação masculina não se estanca. Uma jornalista de uma das televisões pesquisadas viu sua aventura ser interrompida pelo marido, também jornalista, que a obrigou a renunciar às telas, pois, segundo ele, a tela exporia sua mulher a comportamentos de sedução por parte de homens. Este fenômeno é real nas mídias burquinenses, mas permanece inacessível: jornalistas não aceitam tocar nesse assunto e, quando o fazem, elas exprimem-se com meias palavras, mantendo um tabu ao redor da questão.

O medo do fracasso conjugal e a intromissão do marido na vida profissional, movimentam uma certa dicotomização sexista na organização do trabalho jornalístico. Os homens procuram ser enviados a missões na esperança de obterem pagamentos de despesas que permitam uma expansão de seus rendimentos, ao passo que as mulheres preferem um confinamento burocrático ou uma fuga das reportagens noturnas. Em certas redações, as reportagens que acontecem tarde da noite não são confiadas às mulheres, mas quase sistematicamente aos homens. “Para certos tipos de reportagens, eu prefiro enviar homens” (B.D., responsável editorial em *L’Observateur Paalga*, 5/6/2017). Os responsáveis editoriais sustentam tais imposições e preferências; elas alicerçam a organização do trabalho sobre um gerenciamento flexível, repousando sobre acomodações centradas nas diferenças entre os sexos. A abordagem de gênero é ora bem compreendida, ora compreendida bem demais. Ela se sustenta sobre a ideia de uma indisponibilidade ou incapacidade feminina, permitindo legitimar a escolha de homens para certos cargos de responsabilidade como o de chefe de redação ou de secretário de redação, que necessitam da presença do responsável na redação, para além das horas regulares de trabalho. A gestão organizacional reinante na mídia burquinense confirma o postulado de Neveu (2000, p. 204) que, no caso francês, demonstrou o quanto “o pertencimento ao gênero feminino dificulta o acesso aos cargos de responsabilidades”. Os depoimentos coletados lançam luz sobre um microcosmo no qual a masculinidade se afirma e se completa, melhor que a feminilidade. Nesse sentido, surge uma dissimetria entre o homem e a mulher, o jornalista e a jornalista. Mas, conforme foi ressaltado acima, esta dissimetria se reporta aos ditames de produção da informação. As mulheres pesquisadas recusam a ideia de que haveria qualidades femininas

e qualidades masculinas e, menos ainda, que seus pares homens sejam profissionalmente mais competentes que elas. Os homens não rejeitam esse postulado: eles o aceitam.

7 O olhar desvalorizante da sociedade extrajornalística

Os estereótipos de gênero não se manifestam, apenas, no universo profissional do jornalismo: também são produzidos e mantidos, no mundo extrajornalístico: no imaginário coletivo a profissão de jornalista permanece associada, ainda hoje, ao masculino. Certa opinião pública conservadora veicula um certo número de clichês que desvalorizam a mulher jornalista. Conforme os depoimentos coletados, ela é percebida como uma mulher que “fala demais”, “muito emancipada”, “que usa cuecas em casa”, “que não serve como mulher do lar”. Ela também é objeto de todos os tipos de preconceitos negativos quando, por exigências da profissão, torna-se notívaga. Um diretor de *Sidwaya* resume as representações produzidas nessa direção: “Apesar da consciência de nossas realidades sociais, concebemos mal uma mulher do lar voltar tarde para casa. Isso cria um clima de suspeições, de desconfianças, um clima de vigilância, pois, em nosso contexto, são as prostitutas que são noturnas” (X.Z., 1/6/2017). Em tal contexto, uma mulher que deixa um hotel à meia-noite não é uma “mulher séria”; diríamos que ela estava lá, com um homem. Nesta ótica, a mulher jornalista é a “mulher do ministro”, a “mulher do Diretor Geral” ou “a mulher do deputado”. Estas construções estereotipadas, repletas de rumores, encontram-se bastante enraizadas no imaginário popular. No [veículo] *Sidwaya*, um jornalista homem foi chamado de uma “mulher fácil” (em francês “femme à cuisses légères” por conta do seu nome que tinha uma sonoridade feminina). “Ouvimos pessoas falarem que é uma mulher que entrega facilmente a coisa [...], alguns chegaram até a dizer que saíram com ela” (K.M., antiga jornalista de *Sidwaya*, 14/6/2017).

O conjunto das representações estereotipadas descritas mostra que as mídias constituem um lugar pertinente de identificação das desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Revela os mecanismos que colocam em evidência os obstáculos que limitam o acesso da mulher ao jornalismo e às suas esferas decisórias. Os estereótipos os quais ela alude são característicos de

uma sociedade de dominação misógena e conservadora. A divisão do trabalho se funda sobre uma sociologia diferencial sexuada, através da qual a masculinidade é percebida como símbolo de superioridade, de capacidade, de poder e de autoridade. *A contrario*, como destacou Lebel (2017, p. 101), “os valores associados ao feminino são sistematicamente desconsiderados”. Nas mídias burquinesas, a organização do trabalho é socialmente construída ao redor do dualismo homem/mulher, caracterizado por uma hierarquia de papéis. Essa dicotomização sexuada é igualmente observada nos conteúdos jornalísticos, notadamente nas editorias e temáticas abordadas.

8 Uma especialização nas temáticas e editorias “doces” ou “tranquilas”

Estudos já demonstraram, no contexto norte-americano e europeu, que as mulheres possuem um gosto acentuado pelos assuntos relativos ao domínio da vida doméstica e aos aspectos maternos. Mei-Ling Yang, ao analisar as páginas femininas do *Washington Post* nos anos 1950, havia constatado a circunscrição do domínio feminino nas fronteiras dos quatro F: *Food, Fashion, Family and Furnishing* (citado por Neveu, 2000, p. 200). A análise havia permitido evidenciar um modelo binário de gênero: as *hard news*, informações provenientes da esfera pública (governo, economia, lei, educação) e as *soft news*, informações relativas à esfera privada (responsabilidades familiares, relações pessoais, vida social). O primeiro tipo de informação pertencia ao domínio masculino e o segundo, ao universo feminino. Bourdieu (1990, 1998) também demonstrou em seus trabalhos sobre a sociedade *cabila*, o quanto a taxinomia oficial associava o feminino ao universo do interior, do doméstico, do privado, da família, ao passo que o masculino era associado aos valores inversos do público, do espaço público, da ação, da política e do poder. Neveu (2000, p. 185) igualmente constatou, ao estudar a imprensa francesa, que “os domínios da saúde pública, da exclusão, das políticas de proteção da infância e da família”, eram preferências abordadas pelas mulheres.

Nossa pesquisa chega aos mesmos resultados. Nas mídias burquinesas, as editorias e temáticas associadas à saúde, aos

direitos humanos, ao meio-ambiente, à educação e à cultura, são aquelas nas quais a presença feminina é marcante. Como na organização vertical do trabalho, em que a variável sexo é um vetor de distinção dos jornalistas de cima e dos jornalistas de baixo ou dos dominantes e dos dominados nas palavras de Bourdieu (1966), na repartição temática das tarefas, uma segregação sexuada é constatada. As mulheres se afirmam por meio de uma identidade feminina orientada na direção de editorias e de assuntos menores qualificados por determinados informantes como “temas tranquilos” ou “assuntos leves” ou, ainda, “assuntos doces”. Estas qualificações coincidem com o postulado bourdieusano segundo o qual as “tarefas podem ser nobres e difíceis quando realizadas por homens ou insignificantes, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres (Bourdieu, 1998, p. 67). O jornalismo produzido pelas mulheres é orientado sobretudo sobre o mundo social. As mulheres jornalistas burquinenses “se especializam”, como na França, num jornalismo feminino “mais ligado a uma atualidade lenta, menos quente, mais centrada sobre a restituição de tendências pesadas das evoluções sociais, menos polarizada na análise de processos decisórios controlados por elites que sobre uma atenção aos seus impactos sobre a vivência dos agentes sociais ‘ordinários.’” (Neveu, 2000, p. 185).

A atualidade política nacional e estrangeira, tal como o esporte, não são a área de predileção da jornalista burquinense. Todos os números de *Sidwaya* e de *L'Observateur Paalga* de junho 2017 não contêm, nos títulos das matérias e conteúdos relativos à política e ao esporte, nenhuma assinatura feminina. Mesmo se em certas redações, como aquela de *L'Observateur Paalga*, o que vigora é o jornalismo *de rang* (os jornalistas não trabalham em editorias específicas, mas são enviados a campo segundo uma programação cotidiana construída a partir de acontecimentos diários), temos de constatar que a atualidade política é dominada pelos homens. Nas redações organizadas em *desk* como *Sidwaya*, e onde permanências são instituídas nos finais-de-semana - permitindo aos jornalistas de *desks* não-políticos a possibilidade de cobrir as atividades políticas -, uma ausência das mulheres também é constatada nas páginas políticas. Nenhuma mulher produziu alguma análise ou comentário durante o mês de junho 2017; quando, nas entrelinhas do editorial que leva a assinatura do diretor geral, *Sidwaya* conta com uma diversidade de assuntos para comentários, destinados aos

jornalistas: *Trait de Plume* (Escrita de pena), *Autre Regard* (Outro olhar), *Chronique* (Crônica), *Mercure* (Mercúrio) e *Flash*. Todas essas tribunas que foram às bancas de modo regular durante o período pesquisado, foram assinadas por jornalistas homens. Dentre todos os veículos analisados nesta pesquisa, apenas *L'Observateur Paalga* possui uma editorialista. Sete comentários publicados na editoria *Regard sur l'actualité* (Olhar sobre a atualidade), levam a sua assinatura apenas no mês de junho.

No audiovisual, a ausência da mulher jornalista nas emissões de debates políticos, também é forte a ponto de suscitar reprovações, às vezes, por parte de certas jornalistas. Nas redes sociais, como *Facebook* ou *Twitter*, *posts* são regularmente publicados por mulheres jornalistas – feministas –, condenando esta segregação sexuada, ou acusando os responsáveis editoriais de cultivarem o machismo. De seu lado, estes últimos reprovam sua falta de interesse pelos assuntos políticos. A responsabilidade é dividida: nas redações, a tendência é efetivamente confiar, às jornalistas mulheres, reportagens sobre questões relacionadas às mulheres e assuntos sociais, mas as mulheres não se deixam ofuscar. Em muitos casos são elas mesmas que se autoproclamam “especialistas” ou adeptas dos assuntos “leves” ou “tranquilos”.

O campo político é visto, tanto pelos responsáveis editoriais quanto pelas próprias mulheres, como um domínio “constantemente sob pressão” e “sensível”, que exige “prudência”, “atenção”, “disponibilidade” e “assiduidade”. A editoria ou o *desk* “Política” demanda frequentemente muitas atividades e o menor erro é dificilmente compreendido ou perdoável. E, “como as mulheres não gostassem de criar problemas para elas ou serem criticadas ou, ainda, preferem voltar cedo para as suas casas, elas contornam as questões políticas” (X.Z., responsável editorial de *Sidwaya*, 1/6/2017). O jornalismo político e esportivo e o trabalho de editorialista remetem, em Burkina Faso, às disposições masculinas da França dos anos 1990. “Atraem tanto os homens por serem símbolos de consagração, lugares de poder profissional, gêneros [assuntos] que permitem desdobrar um metadiscurso sobre o mundo social” (NEVEU, 2000, p. 211). Todavia, nas redações das mídias burquinenses, não é qualquer jornalista homem que cobre os acontecimentos políticos relevantes. Como as mulheres, os novatos e os estagiários encontram-se em posições hierarquicamente inferiores; também eles são designados a temáticas de natureza social, consideradas leves. O masculino

é associado ou assimilado ao feminino quando se encontra, profissionalmente, ainda em construção. O feminino também se confunde com o masculino, quando se afirma profissionalmente por meio do noticiário políticas. Daí decorre que a variável de gênero não é o único indicador a permitir que se tome conhecimento das especializações sexuadas. O capital cultural ou a qualificação, podem questionar a ideia de uma repartição sistemática de gênero, em relação às tarefas. Assim, a análise de conteúdo dos cotidianos e das entrevistas, não permite conclusões no sentido de um jornalismo feminino, estritamente femininocêntrico, centrado exclusivamente em assuntos “de mulher”. As temáticas relativas à mulher são abordadas tanto por homens, quanto por mulheres.

9 Conclusão

A análise dos estereótipos de gênero nas mídias burquinesas, permite evidenciar de forma detalhada um certo número de constatações. O gênero é um construto social ao redor do qual se organiza e se realiza a atividade jornalística. No interior deste microcosmo, desdobram-se acomodações informais que desaguam numa sutil inferiorização da mulher jornalista. Tanto no nível da organização vertical do trabalho, quanto na escala da repartição horizontal das tarefas, a jornalista não goza de boa visibilidade. Ela permanece restrita a postos subalternos e a temáticas sociais “doces”, “tranquilas” ou “leves”. Se a segregação de gênero decorre de uma dinâmica do dentro – do mundo jornalístico –, ela é também o resultado de uma dinâmica societária parajornalística, caracterizada por preconceitos e *a priori* apresentando a mulher jornalista como símbolo de emancipação, de indocilidade, para não dizer de infidelidade. No interior, o feminino associa-se ao dominado ao passo que, no exterior, é assimilado, no contexto conjugal, ao dominante ou à “mulher que usa cuecas” [que manda mais que seu marido], segundo o léxico local. Essas hierarquizações profissionais ou essas relações de poder, construídas pelos padrões de gênero, fazem emergir, na mídiasfera burquinense, um jornalismo moderadamente sexuado. Todavia, o masculino identifica-se com o feminino, quando é considerado profissionalmente incompleto e o feminino identifica-se com o masculino, quando uma certa competência feminina se

afirma extraordinariamente. Em suma: os jornalistas burquinenses apreendem o mundo socioprofissional e suas divisões arbitrárias entre os sexos, como naturais, evidentes e legítimas.

* Este artigo foi traduzido do francês por João Baptista Lago

NOTAS

- 1 Corresponderia ao status de Secretário de Estado na hierarquia brasileira (Nota do Editor)
- 2 Faz referência à Cabila, região montanhosa do norte da Argélia, cujos valores tradicionais estão fundamentados em um sistema simbólico-cultural predominantemente masculino e patriarcal (N.E.)

REFERÊNCIAS

Adjamagbo, A., Antoine, F., Beguy, D., e Dial, F.B. (2006). Comment les femmes concilient-elles mariage et travail à Dakar et à Lomé. *Documento de trabajo*, v. 4, pp. 1-18.

Assiba D'almeida, I. e Hamou, S. (1991). L'écriture féminine en Afrique noire francophone : le temps du miroir. *Études littéraires*, n. 242, pp. 41-50.

Bourdieu, P. (1990). La domination masculine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 84, pp. 2-31.

Bourdieu, P. (1993). *La misère du monde*, Paris: Le Seuil.

Bourdieu, P. (1996). *Sur la télévision, suivi de l'emprise sur journalisme*. Paris: Liber- Raison d'agir.

Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris : Les Edition du Seuil.

Conseil Supérieur de la Communication (2015). *Rapport 2015*. Ouagadougou

Damian-Gaillard, B., Frisque, C. e Saitta, E. (2009). Le journalisme

au prisme du genre : une problématique féconde. *Questions de communication*, n. 15, pp. 175-201.

Hagberg, S., Kibora, L., Barry, S., Gnessi, S. e Konkobo, A. (2017). *Transformations sociopolitiques burkinabè de 2014 à 2016. Perspectives anthropologiques des pratiques politiques et de la culture démocratique dans «un Burkina Faso nouveau»*. Uppsala: The authors and Uppsala University

Hagberg, S. e Koné, B. (2014). Femmes politiques en face des enjeux de pouvoir : Une étude ethnographique comparée des carrières politiques au Burkina et au Mali. *Les actes du Neuvième Congrès International des études Mandé*, du 18 au 22 juin 2014, Bobo-Dioulasso, Burkina Faso.

Héritier, F. (2002). *Masculin/ Féminin II Dissoudre la Hiérarchie*. Paris: Edition Odile Jacob.

Institut National des Statistiques et de la Démographie (2006). *Recensement Général de la Population et de l'Habitat du Burkina Faso*. (Rapport). Ouagadougou.

Institut Panos Afrique de l'Ouest (2013). *Femmes et médias au Burkina Faso : Renforcer leur rôle et leur représentation*. (Rapport), Ouagadougou.

Kouamé, A. (1999). *Éducation et emploi des femmes à Abidjan* (Collection Sociétés africaines & diaspora). Paris: L'Harmattan.

Lebel, E. (2017). Intégration de l'approche "genre" dans la formation au journalisme. *Revue africaine de communication*, n. 3, pp. 99-108.

Lipani, M-C. (2017). Gouvernance des quotidiens régionaux en France: les femmes, un genre absent ? *Revue africaine de communication*, n. 3, pp. 17-32.

Locoh, T. , Tichit, C. (1996). Introduction. Dans T. Locoh et C. Tichit (dir.) *Genre et Développement: des pistes à suivre*. Paris: CEPED, pp. 1-8.

Marry, C. (2006). Variations sociologiques sur le sexe des métiers. *Féminin, masculin, mythes et idéologies*, pp. 83-93.

Nanebor, C. (2015). *Etude sur l'état des lieux de la liberté de la presse 2013 – 2014 au Burkina Faso*. Ouagadougou: Centre National de Presse Norbert Zongo.

Neveu, E. (2000). Le genre du journalisme. Des ambivalences de la féminisation d'une profession. *Politix*, v. 13, n. 51, pp. 179-212.

Ouoba, R., Tani, M. e Touré, Z. (2003). *Analyse stratégique des enjeux liés au genre au Burkina Faso*. (Rapport d'étude), Ouagadougou.

Paillé, P. (1994). L'analyse par théorisation ancrée . *Cahiers de recherche sociologique*, n. 23, pp. 147-181.

Savane M. A. (2006). Interview. *Jeune Afrique*, n. 2.356, du 5 au 11 mars, p. 34.

Yaméogo, L. (2017). *Place et image des femmes dans les médias burkinabè*. Manuscrit soumis pour publication.

Yang, M-L. (1996). Women's Pages or People's Pages: The Production of News for Women in the Washington Post in the 1950's. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 73 (2), pp. 364-378.

Lassané Yameogo é doutor em Ciências da Informação e da Comunicação. É pesquisador pelo Departamento de Letras, Artes e Comunicação do Centre National de la Recherche Scientifique et Technologique (CNRST) do Burkina-Faso e dá aulas no departamento de Comunicação e Jornalismo da Université Ouaga 1 Pr Joseph Ki-Zerbo, também em Burkina-Faso. Além disso, é pesquisador associado ao Centro de Pesquisa em Informação e Comunicação (ReSIC) da Université Libre de Bruxelles, Bélgica.
E-mail: lyameogo@ulb.ac.be

RECEBIDO EM: 10/09/2017 | ACEITO EM: 13/11/2017